



## **CÂMARA MUNICIPAL DE MONTES CLAROS**

**Arquivo Público Vereador Ivan José Lopes**

---

### **ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA DE MONTES CLAROS**

# **FLASH**

# **4999**

**Presidente da Mesa Diretora:** Ivan José Lopes

**Espécie:** Projeto de Emenda

**Categoria:** Rejeitados, retirados de pauta, não votados, etc

**Autoria:** Antônio Silveira de Sá

**Data:** 18/12/1997

**Descrição Sumária:** PROJETOS DE EMENDA S/Nº/97. Emendas ao Projeto de Lei que institui o Código Tributário do Município de Montes Claros. (Aprovadas e rejeitadas).

**Controle Interno – Caixa:** 03

**Posição:** 16

**Número de folhas:** 05

---

Espécie: PE  
Categoria: não votado  
CX: 03  
Ordem: 16  
nº fls. 03



## Câmara Municipal de Montes Claros

PROTOCOLO DE ORIGEM  Nº _____  DATA ____/____/____	ASSESSORIA TÉCNICA LEGISLATIVA:
	ASSESSOR:
	PROJETO:
	NÚMERO:

--

AUTOR: VEREADOR ANTÔNIO SILVEIRA
----------------------------------

ASSUNTO: EMENDAS AO PROJETO DO CÓDIGO TRIBUTÁRIO MUNICIPAL

<u>MOVIMENTO</u>	
1	Recebidas em 18.12.97
2	A Com. de Leg. e Justiça
3	
4	
5	
6	
7	
8	
9	
10	

Caixa

# **Câmara Municipal de Montes Claros (MG)**

## **EMENDAS AO CÓDIGO TRIBUTÁRIO DO MUNICÍPIO DE MONTES CLAROS**

**EMENDA UM:** Que se dê ao Artigo 43 o seguinte teor:

“Art. 43 - O Secretário Municipal da Fazenda poderá conceder parcelamento de créditos tributários em até 24 (vinte e quatro) parcelas mensais e sucessivas, observados os critérios estabelecidos em regulamento do Poder Executivo previamente aprovados pela Câmara Municipal.”

**EMENDA DOIS:** Que se dê ao Artigo 71 o seguinte teor:

“Art. 71 - Após aprovação da Câmara Municipal para aquele exercício anual, fica o Poder Executivo autorizado a estabelecer prazos e condições para cobrança e arrecadação do imposto, bem como conceder parcelamento e desconto de até 50% (cinquenta por cento) para pagamento antecipado.”

**EMENDA TRÊS:** Acrescenta o Segundo Parágrafo ao Artigo 245:

“ Parágrafo Segundo - Fica a Fazenda Municipal obrigada a notificar os contribuintes com débito tributário e acioná-los judicialmente antes do prazo de 5 (cinco) anos.”

**EMENDA QUATRO:** Que se dê ao Artigo 251 o seguinte teor:

“Art. 251 - O Calendário Tributário do Município poderá prever a concessão de descontos por antecipação do pagamento dos tributos de lançamento direto de até 50% (cinquenta por cento), após aprovação pela Câmara Municipal, para aquele exercício.”

**EMENDA CINCO:** Que se dê ao Artigo 262 o seguinte teor:

“Art. 262 - Após aprovação pela Câmara Municipal, fica o Prefeito Municipal autorizado a celebrar transação com o sujeito passivo da obrigação tributária que, mediante concessões mútuas, importe em término do litígio e conseqüente extinção do crédito tributário, desde que ocorra ao menos uma das seguintes condições:

**I** - a demora na solução do litígio seja onerosa para o Município;

**II** - a matéria tributável tenha sido arbitrada ou o montante do tributo fixado por estimativa.”

**EMENDA SEIS:** Que se dê ao Artigo 263 o seguinte teor:

“Art. 263 - Após aprovação pela Câmara Municipal, fica o Secretário da Fazenda autorizado a conceder, por despacho fundamentado, remissão total ou parcial do crédito tributário, atendendo:

**I** - à situação econômica do sujeito passivo;

**II** - ao erro ou ignorância escusáveis do sujeito passivo, quanto a matéria de fato;

**III** - à diminuta importância do crédito tributário;

**IV** - a considerações de equidade, em relação com as características pessoais ou materiais do caso;

**V** - a condições peculiares a determinada região do território do Município.

**Parágrafo único.** A concessão referida neste artigo não gera direito adquirido e será revogada de ofício que se apure que o beneficiário não satisfazia ou deixou de satisfazer as condições ou não cumpria ou deixou de cumprir os requisitos necessários à sua obtenção, sem prejuízo da aplicação das penalidades cabíveis nos casos de dolo ou simulação do beneficiário.”



**EMENDA SETE:** Que se dê ao Artigo 339 o seguinte teor:

“Art. 339 - O Conselho Municipal de Contribuintes terá sua composição e funcionamento regulados pelo Poder Executivo, após aprovação pela Câmara Municipal.”

*Resul*

**EMENDA OITO:** Que se dê ao Artigo 341 o seguinte teor:

“Art. 341 - Após aprovação da Câmara Municipal para aquele exercício (anualmente), fica o Poder Executivo Municipal autorizado a conceder desconto de até 50% (cinquenta por cento) para o pagamento do crédito tributário em atraso, anteriores ao exercício fiscal de 1998, inscritos ou não em dívida ativa, inclusive os ajuizados.”

*Prace*

Parágrafo 1º - O desconto incidirá sobre o valor histórico do débito, acrescido de juros e correção monetária.

Parágrafo 2º - Para fins do pagamento previsto neste artigo, aplica-se as reduções de multas previstas no Parágrafo 1º no artigo 42 deste código.”

**EMENDA NOVE:** Altera valores da tabela referente ao Artigo 107 que passam a ser:

- Profissional Autônomo Nível Superior - 350 UFIRs/ano.
- Profissional Autônomo Nível Médio - 200 UFIRs/ano.

*Prace*

*A. Silveira*  
**Vereador Antônio Silveira de Sá**

16.12.77

CÂMARA MUNICIPAL DE MONTES CLAROS

A COMISSÃO DE *Legislação*

EM 18 DE *dezembro* DE 1977

PRESIDENTE

*Dr. Legat e Com. Turis. mat.*

*Valdemar*

CÂMARA MUNICIPAL DE MONTES CLAROS

A COMISSÃO DE *FINANÇAS*

EM 18 DE *dezembro* DE 1977

PRESIDENTE

*Somos de fazer*  
*Heitor*  
*Marcelo NEN*

*Somos favoráveis*  
*Paulo*